

SEÇÃO: VARIA

## POR UMA FILOSOFIA À BRASILEIRA DAS MATAS E DAS RUAS

### For a brazilian philosophy of the forests and the streets

Wallace dos Santos de Moraes

<https://orcid.org/0000-0001-8179-468X>  
[wltmoraes@icloud.com](mailto:wltmoraes@icloud.com)<sup>1</sup>

Pamela Cristina de Gois

<https://orcid.org/0000-0002-4094-9240>  
[pamy\\_gois@yahoo.com.br](mailto:pamy_gois@yahoo.com.br)<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo desse artigo é mostrar a urgente necessidade de uma autocrítica filosófica sobre a insuficiência de autores eurocentrados em contemplar os interesses de negros e indígenas. Como exemplo, apresentamos as teses de dois dos maiores críticos das instituições fundamentais do eurocentrismo (o Estado e a Igreja) no interior da própria Europa: Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche. Mostramos como as instituições supracitadas são similarmente valorizadas no Brasil. No bojo dessa discussão, asseveramos o quão importante é a existência de filosofias brasileiras que fujam do ideal de defesa dos princípios cristãos e estadolátricos. Ademais, apresentamos uma delas com base nas experiências empíricas das matas e das ruas.

**Palavras-Chave:** Crítica ao eurocentrismo. Filosofia no Brasil. Educação.

**Abstract:** The objective of this article is to show the urgent necessity for philosophical self-criticism regarding the insufficiency of Eurocentric authors in considering the interests of black and indigenous people. As an example, we present the theses of two of the greatest critics of the fundamental institutions of Eurocentrism (the State and the Church) within Europe itself: Arthur Schopenhauer and Friedrich Nietzsche. We show how the institutions previously mentioned are valued similarly in Brazil. In that perspective, we assert the importance of the existence of brazilian philosophies that deviate from the ideal of protecting Christian and state principles. Furthermore, we present one of them based on empirical experiences in the forests and streets.

**Key words:** Criticism of Eurocentrism. Philosophy in Brazil. Education.

<sup>1</sup> Diretor do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) da UFRJ. Membro do Fórum de Ciência e Cultura (FCC). Professor Associado III do Depto de Ciência Política da UFRJ. Membro permanente dos Programas de Pós-Graduação: 1) Filosofia (PPGF); 2) História Comparada (PPGHC) (ambos da UFRJ). Membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT/PPED) do CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em história da filosofia pela UFRJ. Atualmente pesquisadora do coletivo Quilombo da UFRJ e professora da educação básica.

## 1. Introdução

Objetivamos criticar o eurocentrismo enraizado na Filosofia e ensinado em profusão nas nossas escolas e universidades, mostrando o quanto é importante a contemplação de uma filosofia brasileira, decolonial por natureza, de modo a despertar o interesse de diferentes estudantes das terras tupiniquins. A filosofia não pode se resumir a autores europeus eleitos pelos seus iguais como clássicos, excluindo quaisquer outros não-brancos distantes da lógica colonialista, igrejista e estadolátrica.

Se o eurocentrismo está baseado fundamentalmente na imprescindibilidade do Estado e, para dizermos o mínimo, na tolerância com relação à igreja, provocativamente, resgatamos as teses de Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche sobre a relação da filosofia com essas instituições. Interessa-nos compreender as críticas que fazem aos filósofos estadolátricos e igrejistas que moldaram o mundo ocidental, e que, por isso, não tinham independência intelectual. Todavia, sob essa perspectiva, em que pese Schopenhauer e Nietzsche apresentarem reflexões muitíssimo pertinentes, mostraremos que elas não servem na sua plenitude para entender o Brasil e suas relações sociais, políticas e econômicas, tampouco sua história, principalmente, a de negros e indígenas. Sob uma lente decolonial libertária quilombola, Estado e igreja foram as patrocinadoras do colonialismo e de todas as suas mazelas, funcionando até os dias atuais como fiadoras das colonialidades. Sob esta tese, mostramos como mesmo as fortes críticas de Schopenhauer e Nietzsche são insuficientes para quem leva em consideração prioritariamente as histórias de negros e indígenas. Em suma, não concordamos com aqueles que buscam em autores europeus o álibi para pensar sobre as nossas relações. Dessa maneira, abrimos espaço para defender uma filosofia à brasileira.

Diante de toda essa problemática, colocamos algumas questões: o que é filosofia e o que ela tem a ver com as nossas experiências? É possível filosofar para além dos muros do eurocentrismo e daquilo que foi erigido enquanto clássico, enraizado como conhecimento canônico? Apresentamos alguns conceitos que compõem uma forma de interpretar o mundo. Esperamos que o leitor compreenda o quão importante é buscarmos possibilidades de filosofias brasileiras, como a que apresentamos aqui, absolutamente conectadas com as matas e as ruas. Feito esse introito, passemos para as nossas primeiras questões, que se relacionam à crítica de Schopenhauer e Nietzsche às instituições de ensino. Já em um segundo

momento, discutiremos o ensino de filosofia no Brasil atual e, por fim, a possibilidade de uma filosofia à brasileira.

### 1.1 Relação da filosofia e o estado em Schopenhauer

Arthur Schopenhauer (1991), escrevendo no século XIX na Alemanha, defendeu que a filosofia se tornou uma religião do Estado, que se colocou como supremo e detentor de uma verdade incondicional. Ela passou assim a se relacionar como a fé e a teologia cristã, trazendo uma grande e irreparável consequência: “como todas as outras ciências são reconhecidamente corrompidas pela intromissão da teologia, assim também é a filosofia, e, na verdade, em seu grau máximo, como testemunha a história. Que isso valha até mesmo para a moral” (SCHOPENHUAER, 1991, p.93).

O filósofo alemão relaciona o papel histórico desempenhado pela igreja com o da filosofia, destacando que ambas, desde o período medieval, intervieram nas investigações científicas de forma negativa, retardando grandes descobertas. Frequentemente, alegavam simplesmente que tais descobertas não eram compatíveis com seus valores morais. Além disso, durante muito tempo, os filósofos oficiais do poder se dedicaram apenas a temas de cunho moral-religioso.

O filósofo demonstra como os educadores, a religião e o Estado se relacionam com a formação da cultura. Segundo ele, a única forma de se esquivar dessa conjuntura é libertar o pensamento, e para isso é indispensável produzir filosofia fora das academias. Portanto, de forma pessimista, ele não tem expectativas em uma cultura alemã promissora, a menos que esteja desvinculada da aliança entre Estado e religião. Em tom irônico, ele ressalta:

Designei a religião como a metafísica do povo. Assim, é claro que os professores de filosofia também devem ensinar o que é verdadeiro e certo; mas justamente o que é verdadeiro e certo tem também de ser, no fundamento da essência, o mesmo que a religião do Estado ensina, já que ela é igualmente verdadeira e certa (SCHOPENHAUER, 1991, pp. 34-35).

Schopenhauer entende que a adoção de uma filosofia pelo Estado tem a função de sustentar práticas de disseminação de uma religião imposta como oficial. Esse tipo de filosofia intensificaria apenas as crenças de uma cultura estabelecida como meio de controle. Em decorrência dessa prática, a religião se configuraria como um veículo que levaria à popularização de uma filosofia não autônoma, pois estaria atrelada à metafísica cristã.

A denúncia feita por Schopenhauer de que o Estado representa a religião cristã, deriva diretamente da sua crítica à filosofia produzida no meio universitário e popularizada no Estado prussiano. Em suas palavras:

Enquanto a Igreja existir, só poderá se ensinar nas universidades uma filosofia que, composta em total consideração para com a religião do Estado, no essencial, caminhe paralelamente a ela, e que, portanto – embora rebuscada, singularmente engalanada e, assim, difícil de entender – de fato nada mais seja, no fundo e no principal, que uma paráfrase e uma apologia da religião do Estado (SCHOPENHAUER, 1991, p. 35).

O conhecimento filosófico, tal como reproduzido nas universidades, é dogmático, configurando-se como uma espécie de religião do Estado. Esse tipo de filosofia auxiliaria o Estado a manter seu domínio, pois ele não recompensaria professores que não reproduzissem seus ideais, fazendo com que os filósofos de cátedra se tornassem seus servos. A crítica de Schopenhauer a esses filósofos está vinculada à ideia de que eles se apossaram do título de filósofos, escreveram livros sobre o que denominam filosofia, mas nada apresentavam de seus próprios pensamentos. A tarefa de tais homens consistia apenas em tentar refutar as ideias de pensadores já consagrados pela tradição filosófica das universidades europeias. Eles também tinham por objetivo ocupar um lugar de prestígio a todo custo, baseando-se na retórica para demonstrar que sua própria filosofia era superior à desses pensadores considerados clássicos em sua tradição. Todavia, nota-se que o real interesse desses filósofos era apenas o de vender seu trabalho para o Estado.

Nesse momento, o que Schopenhauer tem em vista é algo que está à frente do seu tempo, a saber, para além do habitual praticado pelos professores de filosofia universitária, que é a separação entre a filosofia e os dogmas cristãos. Em suas palavras, essa junção “soa como se quisessem falar de uma aritmética cristã em que dois e dois são cinco” (SCHOPENHAUER, 1991, p.38).

A filosofia, enquanto resultado de diversas ponderações da humanidade ao longo da história, não deve ser reduzida a uma mera serva da religião, tampouco ser instrumento para respaldar doutrinas e verdades tidas como absolutas pela teologia. Se a filosofia for concebida desta maneira, consistirá em ser tão-somente uma afirmação de teses equivocadas, além do mais “uma filosofia presa à religião do Estado, como o cão de guarda preso ao muro, é apenas uma irritante caricatura do mais elevado e nobre esforço humano” (SCHOPENHAUER, 1991, p.39). A denúncia de que a verdadeira filosofia não deve estar a serviço da doutrina cristã,

mesmo que ela se direcione a investigação da metafísica, fora então lançada por Schopenhauer.

Nesse contexto, o tornar-se filósofo parte apenas de uma convenção entre esses professores de cátedras, na qual um comenta ou tenta refutar as supostas teses do outro como se fossem teorias únicas e grandiosas, para assim, ambos se tornarem populares. Por outro lado, o verdadeiro filósofo tem pensamentos destoantes do seu meio, não se apropria do pensamento de outros, ele busca exclusivamente o conhecimento e a compreensão da vida: “ao contrário daqueles filósofos de cátedra, que sempre são vistos comparando e ponderando opiniões alheias, ao invés de se ocupar com as suas próprias coisas” (Schopenhauer, 1991, p.59)<sup>3</sup>. Para ele, os filósofos em questão apenas regurgitam teses que outros já proferiram, se autoconsiderando filósofos por tirarem conclusões que já foram consolidadas na chama tradição filosófica no qual eles se encontravam.

O conhecimento de tais eruditos é somente acumulativo, eles não ensinam aos jovens o verdadeiro pensar, apenas os instruem sobre história da filosofia de maneira controversa, pois é vinculada ao pensamento teológico e, também, a suas próprias ideias equivocadas sobre questões fundamentais da filosofia. Schopenhauer (1991, p.55), questiona que se ao menos tais professores ensinassem a verdadeira história da filosofia, mas o que eles fazem é falar sobre suas próprias versões acerca dela. Em nada são neutros e, mesmo quando afirmam estarem produzindo filosofia, também não são autênticos.

Quiçá a conclusão de Schopenhauer tenha sido demasiadamente drástica. Talvez não se trate apenas de pensar em prol de uma história da filosofia dentro dessas instituições de ensino superior ou da impossibilidade de a verdadeira filosofia nascer nesse terreno, mas sim de uma ampla reforma no ensino, seja na base da educação, seja no ensino universitário. Portanto, apenas com essa reforma, que abrangeria todas as instituições educacionais, talvez fosse possível criar pensadores livres, e não apenas historiadores da filosofia, dogmáticos e eruditos submissos ao Estado. É necessário pensar em verdadeiros mestres que tragam novas perspectivas, não pautadas na racionalidade ocidental ou no modo operante desses filósofos de cátedra. Como exemplo entre os europeus, tem-se o próprio Nietzsche, que, enquanto autêntico educador, mostra ser possível agir de forma distinta mesmo dentro dos muros institucionais.

---

<sup>3</sup> Tal ideia contribui para a compressão daquilo que se defende aqui como filosofia brasileira.

A partir dessas percepções, Schopenhauer manifestou seu desprezo por determinados tipos de professores de filosofia, que adquiriram cátedras nas universidades e assumiram uma postura de submissão aos critérios morais-religiosos do Estado e da Igreja. Ao seu ver, esse tipo de professor não questiona, não pensa de forma autêntica e não cria teses filosóficas. Ele apenas obedece a um sistema educacional pautado nas ideologias estatais. Ora, tendo como ponto de partida que o propósito da filosofia deve ser justamente o embate, a preocupação com a existência e a procura por respostas para questões intrigantes, Schopenhauer raciocina que se o filósofo receber para cumprir obrigações junto aos interesses do Estado, ele não poderá produzir teses conforme os necessários anseios e questionamentos da verdadeira filosofia. Dessa maneira, os chamados filósofos de cátedras não teriam independência para pensar e refletir sobre os reais problemas sociais, muitos dos quais impostos pelo próprio Estado. A partir de De Moraes (2020), no que tange o pensamento decolonial anarquista, pode-se pensar que, estes como funcionários estatais, devedores do seu lugar para os que ocupam a principal instituição política moderna, acabam por exercer uma estadolatria, isto é, pensam o mundo a partir das entranhas do Estado e produzem pensamento que não apenas o legitimam, quanto ridicularizam qualquer forma de organização social sem essa instituição.

É imprescindível ressaltar que esses professores de cátedra do século XIX se consolidaram na história da filosofia ocidental. Ainda hoje, suas teses são consideradas canônicas e inquestionáveis no que se refere à sua relevância para a sociedade e para a existência como um todo, ou seja, foram universalizadas. Tal como outrora percebeu Schopenhauer, a filosofia deve se libertar das amarras da metafísica transcendental, do dogmatismo e do Estado, para então estar a serviço da enigmática existência, sem interferências pautadas na busca pelo lucro. Acrescentamos, desde uma perspectiva decolonial libertária quilombola, que o filósofo deve ser livre e não estar submetido à imposição das moralidades cristã e estadolátrica, que em suas essências são disciplinadoras, punitivistas, hierárquicas e autoritárias. Vejamos o que Nietzsche tem a colaborar para esse debate.

## **2. Nietzsche e a educação institucional**

Nietzsche em suas conferências, *Sobre o Futuro dos Nossos Estabelecimentos de Ensino (EE)* – proferidas em janeiro e março de 1872, questiona o personagem central dessa narrativa acerca do que representa a figura do mestre: “Como? Vocês temem que o filósofo os impeça de filosofar?” (EE, § 1, p. 67). Essa pergunta não está desprovida de sentidos. Muito ao contrário. Nas aulas de filosofia ainda, atualmente, os estudantes são treinados a repetir reflexões e ideias de pensadores do passado, na maioria das vezes, sem qualquer sentido para o seu cotidiano. Desta forma, os estudantes acabam sendo reprimidos pelo simples motivo de expor seus pensamentos de maneira livre. Tal indagação surge do receio em se falar sobre filosofia de maneira independente. Com efeito, nesse mesmo contexto das conferências, Nietzsche confessa que antes de conhecer o velho filósofo do diálogo, que representa seu mestre Schopenhauer<sup>4</sup>, acreditava que a filosofia teria por utilidade tornar os homens cultos, mas se desiluiu desse propósito. Por outro lado, o filósofo alemão não defende a destruição da educação institucional. Ele propõe uma profunda transformação nos seus objetivos finais, isto pois, segundo sua concepção, é a partir das instituições de ensino que se pode ter o aniquilamento das forças vitais dos jovens, ou a sua total intensificação.

De acordo com o pensamento nietzschiano em questão, na melhor das hipóteses, mesmo que se ensine filosofia apenas do ponto de vista da sua história dentro das universidades, isso em nada acrescentaria aos jovens, já que essa filosofia sempre esteve à serviço da metafísica, isto é, aliada dos propósitos cristãos.

Ressalta-se em complemento aos problemas apresentados por Nietzsche, que, ao invés de uma educação para a filosofia, tem-se na universidade uma educação para exames de filosofia. Assim, fala Nietzsche na sua obra *Schopenhauer Educador (SE)*:

Cujo êxito usual e notório é que o examinado – ah, por demais examinado! – admita com um suspiro pesaroso: “graças a Deus não sou um filósofo, e sim um cristão e cidadão do meu Estado”. E se esse suspiro fosse justamente o objetivo do Estado e a “educação para a filosofia” fosse apenas uma abdução da filosofia? Que cada um se pergunte. – Mas caso isso se mantenha assim, deve-se temer apenas uma coisa: que a juventude finalmente descubra com que fim, realmente, abusa-se da filosofia. O mais elevado, a produção do gênio filosófico – nada além de um pretexto? O sentido invertido em seu contrário? Pois bem, eis todo o complexo da esperteza estatal e professoral! – (SE, § 8, p.112).

---

<sup>4</sup> Em suas conferências nomeadas: *Sobre o Futuro dos Nossos Estabelecimentos de Ensino (EE)*, Schopenhauer é personificado por Nietzsche em uma espécie de narrativa autobiográfica. Na presente obra, o velho filósofo se encontra com dois jovens estudantes em uma floresta em Reno, que representa o próprio Nietzsche e seu amigo, de ginásio, Paul Deussen. Cf.: COLLI, 2000, p.45.

Nietzsche denuncia que, em sua época, não há produção de filosofia nas instituições de ensino. Dentro dos muros estatais, através de uma constante vigilância, o professor torna-se apenas um servo do Estado. A filosofia que se apreende na universidade não diz respeito à verdadeira filosofia: aquela que deve afrontar e contestar quaisquer poderes hierárquicos, disciplinadores e autoritários. Trata-se de um saber que deveria ter compromisso com a busca pela verdade. Assim, ela jamais seria fiadora de qualquer instituição que nascesse para domesticar e reprimir seus governados. A filosofia seria, naturalmente, inimiga do Estado, mas este a imputa sob seu domínio, desprovida dos questionamentos mais radicais, transformando-a, tristemente, em legitimadora do poder institucional.

Não obstante, Nietzsche compreende que os jovens podem procurar por si mesmo a verdadeira filosofia, “jovens arrojados e inquietos; eles passam a conhecer livros proibidos, começam a criticar seus professores e finalmente percebem qual finalidade da filosofia universitária e daqueles exames” (SE, § 8, p. 118). Simultaneamente, ele defende que um filósofo cuja liberdade tomou seu espírito não será refém de um honorário e isso não o impedirá de ter uma pedagogia própria, ser militante e resistir mesmo estando inserido nesse sistema. Assim, esse tipo de filósofo poderá ensinar aos jovens a verdadeira filosofia. Como exemplo desse comportamento, Nietzsche afirma que “tal grandeza no modo de pensar e se expressar não eram estranhos a Platão e Schopenhauer; justamente por essa razão, eles poderiam ser até mesmo professores universitários, [...] sem se rebaixar a honra da filosofia” (SE, § 8, p. 108). Nesse sentido, segundo a concepção nietzschiana, é possível atuar enquanto um educador do Estado e não seguir os seus regimentos regularizadores. Mas aqui ele trata da exceção. A regra é termos professores acomodados e bajuladores do Estado e das suas instituições que não contestam o poder garantidos por ele.

Para Nietzsche, desde que respeite algumas considerações, a filosofia independente do Estado cumpre com a sua função de embate no que diz respeito àquilo que é imposto enquanto tradição:

Por isso, parece-me de grande valor quando surge, fora das universidades, um tribunal mais elevado que vigie e julgue também essas instituições no que diz respeito à formação por eles promovida; e tão logo a filosofia abandone as universidades e se purifique, assim, de todas as preocupações e obscuridades indignas, ela não poderá se tornar outra coisa que não esse tribunal: sem poder estatal, sem salários e honorários, ela saberá prestar serviço, livre tanto do espírito do tempo quanto do medo desse espírito – em suma, tal como viveu Schopenhauer, como juiz da suposta cultura que o cercava. Desse modo, o filósofo pode ser útil



também à universidade caso não se misture a ela, mas a supervisione a uma distância digna. Mas finalmente – que nos importa a existência de um Estado, a promoção das universidades, quando se trata acima de tudo da existência da filosofia sobre a terra! Ou – para não deixar qualquer dúvida a respeito do que quero dizer – quando é tão indizivelmente mais importante que passe a existir um filósofo sobre a terra do que o fato de que siga existindo um Estado ou uma universidade (SE, § 8, p. 121).

É preferível a existência de uma filosofia autônoma em relação à universidade do que a existência do próprio Estado que detém o poder nessas instituições. Para tanto, isto é, para distanciar o Estado do povo, é necessário que este último seja livre. Na visão nietzschiana, o Estado não acrescenta nenhum saber para a elevação do espírito humano, assim como tudo o que é ensinado dentro dos muros acadêmicos. Pelo contrário, tais instituições apenas limitam o papel que a filosofia poderia desempenhar no auxílio ao rompimento com determinadas correntes. De todo modo, é importante ressaltar que Nietzsche atuava dentro de uma instituição de ensino e, mesmo assim, não hesitou em contrapô-la e denunciar a relação de seus professores com o Estado, deixando o seguinte questionamento aos devotos do Estado:

Por que razão nossos pensadores acadêmicos são inofensivos; pois seus pensamentos crescem tão pacificamente na tradição quanto qualquer árvore carrega sua maçã: eles não assustam, não saíram nada do lugar; e a respeito de suas aspirações e esforços, poder-se-ia dizer o que Diógenes respondeu por sua vez, quando ouviu louvarem um filósofo: “o que ele tem de grandioso a mostrar, se pratica filosofia por tanto tempo e nunca *incomodou* ninguém?” Sim, assim deveria estar escrito na lápide da filosofia universitária: “ela nunca incomodou ninguém”. Mas é claro que isso é mais elogioso para uma anciã do que para uma deusa da verdade, e não é de admirar se aqueles que conhecem aquela deusa apenas como uma anciã são eles próprios poucos viris e assim, como convém, são completamente ignorados pelos homens de poder (SE, § 8, p. 122).

A filosofia deve desafiar a tradição. O funcionamento do maquinário do Estado e da igreja, no que se refere ao aprisionamento do espírito, cria filosofias que se impõem como verdades supremas. No entanto, o filósofo, que deveria ser a figura questionadora dessas estruturas, continua não incomodando ninguém.

O erudito é um servo dessa ciência dogmática, que defende seu conhecimento como universal. Ele tem no filósofo da tradição moderna seu maior representante, mantendo sociedades inteiras submetidas a um determinado modo de conceber o pensamento intelectual. Por outro lado, caso a filosofia conseguisse se desvencilhar de toda metafísica oriunda da cultura ocidental, colaboraria na criação de espíritos livres. Nesse contexto, o erudito é o principal adversário daquele que busca esse tipo de liberdade.

Enquanto Schopenhauer faz um diagnóstico das instituições de ensino superior, Nietzsche compreende que pode haver uma mudança nesse cenário. Seu mestre apontou com grande pessimismo que os professores de cátedra são meros servos desse sistema. Por outro lado, Nietzsche trouxe possíveis soluções por meio de uma pedagogia para espíritos livres, que romperia com o historicismo e com a educação tecnicista, trazendo a arte à baila. Sem necessariamente atuar fora das instituições de ensino, Nietzsche compreende que esse verdadeiro filósofo pode ser também um educador exemplar, que tem como características fundamentais a coragem e a honestidade.

Posteriormente aos textos tratados aqui, na obra *Humano, demasiado humano* (HH I), a crítica proposta por Nietzsche aos modernos demonstra que, ao mesmo tempo em que ele sente profundo desgosto com a cultura de seu tempo, sobretudo em função da erudição estéril da historiografia, ele não perde a expectativa num tipo peculiar de formação, avessa aos moldes modernos vigentes.

Nietzsche advoga que a filosofia precisa se desvincular da metafísica para se tornar autêntica. Para tanto, é necessário superar toda cultura que mantém os aspectos morais do cristianismo institucional. Somente uma filosofia que se desprenda do dualismo conceitual metafísico, pode ter o papel de libertar o espírito de um povo inteiro, assevera o filósofo alemão. Vejamos a materialização dessa crítica no seguinte aforismo: “Cremos dizer algo de bom sobre uma filosofia, quando a apresentamos como substituta da religião para o povo” (HH I, § 27, p.34).

A tradição filosófica no Ocidente nunca passou de uma extensão da religião cristã, que também forma culturas que negam a vida em nome de ideais de sua correção, diz Nietzsche. Segundo ele, isso é incompatível com aquilo que nos é próprio, pois não existe esse ideal de felicidade prometido em um outro mundo. Destarte, é preferível uma visão de mundo que deseje a vida. Algo que Nietzsche compreende como não sendo o alicerce da cultura disseminada pelo Ocidente, que tem por base uma filosofia moral cristianizada<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Em *Crepúsculo dos Ídolos* (CI), o filósofo coloca que esse problema referente ao cristianismo se relaciona a seguinte indagação: “Darei formulação a um princípio. Todo naturalismo na moral, ou seja, toda moral *sadia*, é dominado por um instinto da vida – algum mandamento da vida é preenchido por determinado cânon de “deveres” e “não deveres”, algum impedimento e hostilidade no caminho da vida é assim afastado. A moral *antinatural*, ou seja, quase toda moral até hoje ensinada, venerada e pregada, volta-se, pelo contrário, justamente *contra* os instintos da vida – é uma *condenação*, ora secreta, ora ruidosa e insolente, desses instintos. Quando diz que “Deus vê nos corações”, ela diz Não aos mais baixo e mais elevados desejos da vida, e toma Deus

A filosofia nietzschiana a golpes de martelo, que tem por objetivo destruir os ídolos da modernidade, já aponta para a necessidade de uma libertação do pensamento ocidental, e, em consequência, do dogmatismo presente em seus imperativos. Tudo se torna perspectiva para o espírito livre. Assim falou Nietzsche: “A ‘razão’ na linguagem: oh, que velha e enganadora senhora! Receio que não nos livraremos de Deus, pois ainda cremos na gramática...” (CI, § 5, p. 28). Essa mesma gramática que define o significado de filosofia, pautada no pensamento racional ocidental cristão, se torna artigo de fé para aqueles que também creem na possibilidade de uma única ideia de verdade sobre as coisas.

O verdadeiro filósofo existirá independentemente do Estado e será mais livre quanto mais distante dele estiver, nos conduz a crer Nietzsche e Schopenhauer. O problema subsumido é que manter a “honra” da filosofia sendo pago pelo Estado certamente inclui correr determinados riscos. Deste modo, ambos os filósofos trazem à baila, em suas respectivas épocas, os princípios de uma pedagogia que diz respeito às concepções de rompimento com aqueles que detêm o poder.

Em extrato, os filósofos e eruditos estão conectados à mesma ideia metafísica de verdade, de um em si das coisas, ao ponto de se tornarem presos a um tipo de ciência, que se alinha aos compromissos essenciais do homem moderno cristão.

Para Nietzsche, certamente a filosofia deve superar o lugar de negação do mundo, que foi concebido a partir do pensamento greco-romano<sup>6</sup>. Em toda escrita do filósofo, existe a defesa de que a verdadeira filosofia é aquela que se preocupa com como viver a vida e

---

como *inimigo da vida*... O santo no qual Deus se compraz é o castrado ideal...A vida acaba onde o “Reino de Deus” *começa*.... “(CI, § 4, p. 36).

<sup>6</sup> No Ocidente a definição do que é a filosofia foi dada a partir de concepções gregas, especificadamente a partir de Sócrates, com o questionamento feito aos mitos, mas será mesmo que a filosofia não pode ser concebida em meio ao chamado pensamento “não-racional”, ou seja, o pensamento ligado às diversas cosmovisões de mundo? Nietzsche, em sua primeira obra, *O Nascimento da Tragédia (NT)*, demonstra que era justamente em uma época que antecede o socratismo que se tem o ápice de uma concepção de mundo favorável à vida e que aquilo que ocorrera após Sócrates representa justamente o seu oposto, a negação da existência. Isso tudo pois, com o pensamento filosófico que se espalhará por todo o Ocidente se nega a vida, não de forma natural, mas imposta pela cultura do poder, que tem suas bases em uma moralidade que concebe como digno apenas um outro mundo onde estaria a verdade, esse seria o único moralmente bom. O problema é o ideal ligado a essa visão, que tem fé na existência de uma verdade alcançável pela razão e que levaria a felicidade plena do ser humano. Por outro lado, essa obra nietzschiana ensina que, muito antes disso, as cosmovisões, no caso, as gregas do período trágico (séculos V e IV a.C.), demonstram que o importante é o mundo das coisas e ensina como amá-lo incondicionalmente. Rever o lugar dessas filosofias, não apenas àquelas ligadas a cosmovisão grega, mas também de outros povos, se faz necessário do campo atual dos debates acerca da decolonialidade.

apreciá-la em todas as suas anuências, sem determinações hierárquicas ou morais dogmáticas.

Dentro das concepções epistêmicas ocidentais, que se consideram acabadas, quaisquer outras formas de conceber o pensamento são banidas. Tal ideia terá implicações em outras culturas e povos fora da Europa. Na chamada modernidade, a imposição de um tipo de razão como universal ultrapassará essas fronteiras. Com o advento das instituições cristãs na Europa, não foi apenas o modo de vida anterior que desapareceu; todos os povos vitimados pelas invasões também foram obrigados a adotar essa nova concepção de razão imposta como um universal.

Em síntese, tanto Schopenhauer quanto Nietzsche concordam que o grande feito da filosofia é justamente ser um tipo de conhecimento que deve servir à vida. No entanto, a filosofia, por mais que permaneça como uma disciplina indispensável nas universidades, acabou por se ocupar apenas de sua própria história. Assim, a crítica de Dias é absolutamente pertinente, para ela a filosofia “restringe-se a estudar o pensamento morto, que não mais serve à vida” (DIAS, 2003, p. 104).

Apresentadas as teses de Schopenhauer e Nietzsche e suas críticas aos pilares filosóficos modernos, segundo os quais há uma ligação estreita entre filosofia, Estado e igreja, passemos às considerações decoloniais a respeito.

### **3. O Ensino da filosofia no Brasil atual**

“A questão, ‘o que é a filosofia?’, sempre foi respondida dentro das instituições de ensino ocidentalizadas sem considerar o pluralismo epistêmico da humanidade” (GOIS, 2021, p.110). Assim, desconsideram não só a produção intelectual, como questionam se agrupamentos sociais de fora da Europa Ocidental e da Grécia são capazes de produzir conhecimentos. O significado para a questão supramencionada, não pode ser dado apenas a partir de uma única definição, ou, de uma suposta tradição filosófica que se julga universal. Ela deve ser formulada por várias vias e perspectivas, sob o olhar de diversos povos e culturas. Não há o uno, mas, sim, uma pluralidade epistêmica que se configura em múltiplas explicações sobre o mundo.

Aprendemos com a escola decolonial que sempre nos expressamos a partir de um determinado lugar, de uma experiência de vida, na qual estão contidas culturas, línguas,

territórios, cosmogonias de mundo idiossincráticas que jamais poderão se colocar como universais. Nesse sentido, o pensamento brasileiro não possui um núcleo central, se abriga no cotidiano das matas e das ruas. Por outro lado, o que está em disputa nas academias é uma perspectiva centralizadora, autoritária, hierárquica, racista, patriarcal branca, estadolátrica, capitalista, individualista em contrário à horizontalidade entre os povos, que devem ser vistos como capazes de produzir conhecimento de forma autônoma, que podem se autogovernar, que almejam liberdade e igualdade.

Segundo Gois (2021, p, 110), não à toa, diante desse cenário, a resposta dada de maneira oficial é sempre pela perspectiva do homem, branco, rico, cristão cis/heterossexual e estadolátrico europeu, (único considerado dotado de filosofia e de cultura, o *homo sapiens-sapiens* por excelência). Como quebrar esse paradigma?

A filosofia, bem como todo conhecimento produzido nas nossas universidades reproduz a colonialidade do saber, o racismo epistêmico, o epistemicídio, o historicídio e “*O Pacto da Branquitude*” (BENTO, 2022):

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistemas de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco<sup>7</sup>. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse Fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios<sup>8</sup>. E claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais”. É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenções são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas<sup>9</sup>. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. [...] Tal fenômeno evidencia a urgência de incidir na relação de dominação de raça e gênero que ocorre nas organizações, cercada de silêncio (BENTO, 2022, pp. 18-9).

Para a autora, buscando ser respaldado sob o pretexto da existência da meritocracia, existe um discurso que coloca o negro, ou determinados grupos excluídos, como não sendo

---

<sup>7</sup> Instituto Ethos, *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. São Paulo: Instituto Ethos; Banco de Desenvolvimento, maio de 2016. (N.A)

<sup>8</sup> Maria Aparecida Silva Bento, *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no público*. São Paulo: IP-USP, Tese (Doutorado em psicologia). (N.A).

<sup>9</sup> Adaptado de Douglas Gravas, “Meritocracia bloqueia classe média e perpetua desigualdade, diz autor”. *Folha de S. Paulo*, 3 de set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/meritocracia-bloqueia-classe-media-e-perpetua-desigualdade-diz-autor.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2021. (N.A).

competentes para ter um lugar de autoridade. O mesmo vale para a filosofia que procura manter só autores brancos nos currículos escolares e universitários.

Dentro das universidades há a afirmação de que a filosofia tenha nascido na Grécia, sendo própria da Europa. Além do mais, somente eles seriam capazes de produzir tal conhecimento. Desta maneira, mulheres, indígenas, negros e quaisquer outros povos, sempre são colocados como desprovidos de uma filosofia que possa ser legitimada nessas instituições. O pacto da branquitude no âmbito acadêmico também é conveniente. O homem branco continua mantendo seus privilégios e sendo a maioria a compor o quadro de professores universitários<sup>10</sup>, um problema que também demarca a filosofia acadêmica no Brasil<sup>11</sup>.

No Brasil o ensino de filosofia oficial se debruça exclusivamente sobre pesquisas relacionadas aos pensadores europeus. Assim, atrai um tipo de público específico, sobretudo, nos mestrados e doutorados, que é aquele que precisa dominar algum idioma oriundo da Europa<sup>12</sup>.

No entanto, de maneira mais violenta do que aquela que fora reproduzida pelo colonialismo com relação as diferentes áreas do conhecimento, a filosofia não compreende outras perspectivas como atrasadas, ela simplesmente nega a sua existência. A ideia de que quaisquer outros povos possam ter produzido esse conhecimento é totalmente descartada, sob o slogan de “isso não é filosofia”. Assim, a Europa se tornou o seu único lugar, não só de nascimento, mas também de exclusividade no que tange a sua produção ao longo da história.

A “ideologia do vira-lata brasileiro” (SOUZA, 2019, p. 33), pode ser compreendida como parte do pacto da branquitude. Disseminada justamente pela elite, filha do sistema colonial que busca convencer até os dias de hoje, afim de manter seus privilégios, que para prosperar deve-se acolher toda cultura e epistemologia capitalista, logo, branca. Por causa dessa ideologia, se mantém também o pacto com o colonialismo, e, consequentemente, com

---

<sup>10</sup> Ver mais em: FERREIRA, Edimara Maria. *Et al. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior*. Revista Katályses, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 303-315, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LvwKpGwBpzfTFtZkS3MygsL/>. Acesso em 10/04/2023.

<sup>11</sup> Ver mais em: MOREIRA, de Sá Fernando. *Negros em Programas de Pós-Graduação em Filosofia no Brasil*. Educação e Filosofia, Uberlândia, V.37, n.79, pp. 429-454, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/66009>. Acesso em 10/08/2023.

<sup>12</sup> Algo que exclui, pela falsa ideia de meritocracia, grupos não privilegiados, que não tiveram a oportunidade de dominar algum desses idiomas do homem branco, para além daquele que fora imposto no processo das invasões coloniais. Automaticamente, eles não chegaram à docência que exige essas especializações. Essa é uma das provas máxima que o pacto da branquitude narcisística se matem nos meios acadêmicos. A transformação desse cenário negativo só vai acontecer por via de uma pedagogia que se denomine enquanto decolonial, consequentemente, novas maneiras de seleção também devem acompanhar esse processo de mudança.

toda a violência racial e de gênero provenientes desse contexto. Isso envolve a negação de todas as epistemologias que nos são próprias<sup>13</sup>.

Em suma, a filosofia só é aceita se for concebida dentro de prédios e muros. No caso, os da educação tradicionalista, já que, “a rua é o lixo da casa, representa o perigo, o escuro, é simplesmente a não casa, uma ausência” (Souza, 2019, p. 63)<sup>14</sup>. Tudo que vem dessa rua é desprezado. Assim, apenas o que é reproduzido dentro dos prédios acadêmicos e cerceados pelo pacto da branquitude tem valor enquanto tese filosófica. Não é sequer dado a oportunidade, como traz a filosofia popular brasileira, ao malandro que está nas ruas, pois ele não joga o jogo colonialista, racista e patriarcal branco do sistema educacional e da nossa vã filosofia<sup>15</sup>.

Luiz Rufino se dedica a falar sobre educação através de uma ótica que nos é própria, isto é, de um segmento da cultura popular brasileira, que se coloca em oposição à toda tradição outrora determinada por fins utilitaristas. Porém, para compreender tal cultura, os olhares devem estar descolonizados. Aqui, a educação deixa de ser um produto e passar a ser um caminho para o rompimento com todo aparato ideológico colonial, ou ainda “uma encantaria implicada em contrariar toda e qualquer lógica de dominação” (RUFINO, 2021, p. 12). A educação não acontece por via da imposição, mas, sim, da inspiração.

Não é possível ser um espírito livre reproduzindo uma cultura importada, isto é, que não diz respeito àquilo que é próprio de seu povo e de sua ancestralidade. Foi nesse sentido

---

<sup>13</sup> Segundo Souza (2019), ao fenômeno denominado por ele de culturalismo, (exposto no capítulo *O racismo de nossos intelectuais: o brasileiro como vira-lata*), coube o respaldo ao antigo racismo científico baseado em fenótipos e na cor de pele. A autor defende que, no cenário de pós-guerra mundial os Estados Unidos se impuseram culturalmente enquanto superiores, foi então que o culturalismo, ou seja, a existência ontológica dessa superioridade da cultura ganha força. Pela ideia de que se deve seguir, reverenciar e obedecer a culturas supostamente prósperas para então ser como elas, novamente o critério racista segrega aqueles que estão aptos a dominar daqueles que devem ser dominados. Desta forma: “Onde reside o racismo implícito do culturalismo? Ora, precisamente no aspecto principal de todo racismo, que é a separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe. [...] Afinal, essas hierarquias existem para servir de equivalente funcional do racismo fenotípico, realizando o mesmo trabalho de legitimar pré-reflexivamente a suposta superioridade inata de uns e a suposta inferioridade inata de outros” (Souza, 2019, p. 19). Nesse contexto, a Europa novamente se estabelece enquanto superior. Nossa defesa é a de que, esses problemas se refletem por toda a filosofia acadêmica: o pretexto de que só existe filosofia na Europa, ou bons comentadores apenas nos Estados Unidos, também parte desse preceito racista transvestido de culturalismo.

<sup>14</sup> Ampliando a concepção de Jessé de Souza, que coloca a urbanização como algo excludente em detrimento da rua, pois ela é vista como um lugar de desprezo a partir desses estereótipos racistas, é possível pensar na filosofia enquanto algo que só é aceito se for feita apenas dentro de prédios das instituições colonialistas voltadas para o ensino.

<sup>15</sup> Cf.: RUFINO, Luiz; HADDOCK-LOBO, Rafael. *Arruaças: por uma filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

que se construiu a educação no Brasil, ela é fruto da violência e do anseio europeu de imperar se pautando em sua religião e valores. Tudo foi pensado com esse propósito, desde o acesso restrito no início das instituições de ensino ao tipo de educação reproduzida como modelo, a saber, àquela advinda da Europa. O tempo passou, mas pouca coisa mudou, basta uma olhada rápida para nossos currículos educacionais para se observar que o conhecimento eurocêntrico ainda permanece enquanto modelo, sobretudo, na filosofia.

A racionalidade europeia iluminista segue sendo uma máxima filosófica para as instituições de ensino e suas pedagogias. Para mudar esse cenário, é preciso nos desintoxicar do eurocentrismo e desaprender. Nas palavras de Luiz Rufino, “dito isso, saio na seguinte defesa: desaprender é um ato político e poético diante daquilo que se veste como único saber possível ou como saber maior em relação a outros modos” (RUFINO, 2021, p. 19). Desaprender o que foi ensinado até então faz parte de um processo de libertação. Assim, essa busca por horizontes diversificados deve ser a máxima filosófica.

Educar deve ser sinônimo de libertar; para tanto, é preciso confrontar a ordem vigente. Contudo, é necessário ter em mente que não é possível anular as experiências anteriores daqueles que buscam o conhecimento. No processo de ensino-aprendizagem, tudo se constrói a partir de bases pré-estabelecidas, seja no seio familiar, cultural ou mesmo religioso. O importante é o questionamento dessas organizações impostas hierarquicamente, de modo a despertar no alunado diversas dúvidas com relação àquilo que sempre foi compreendido por ele como verdade única. Nesse sentido:

A educação não se faz na tarefa de aprender uma ou outra coisa, nem na capacidade de aprender muitas coisas. A educação se faz na capacidade de manter a vivacidade dos seres para vadiarem no mundo, experimentando, circulando e dando o acabamento do que ele é e do que pode vir a ser. A educação como radical da vida e prática de liberdade nos contextos afetados pelo acontecimento colonial tem uma tarefa inadiável: recuperar a dignidade dos que foram violentados e mantê-la acesa para alumiar o tempo e cegar o olho grande do assombro da dominação (RUFINO, 2021, p. 25).

Uma vez que nossa sociedade foi construída a partir do legado escravagista de milhares de pessoas africanas, indígenas e seus descendentes, é necessário abordar também o racismo ao falar de educação no Brasil.

O projeto colonialista se estabeleceu com sucesso, exceto para aqueles que se mantiveram como espíritos livres de todos esses preceitos culturais. Esses indivíduos, que também são educadores, resistem há séculos a todo o aparato cristão e colonialista das



instituições do Estado, incluindo as de ensino, que são as grandes responsáveis pela difusão dessa visão submissa de mundo. Os objetivos das invasões coloniais não eram apenas matar determinados corpos, mas também seus espíritos, saberes e deuses.

O cabresto moral imposto por uma educação que, por ventura, não se livrou dos valores coloniais, ofusca a criatividade natural dos estudantes. Por isso, segundo Gois (2021), é preciso pensar uma pedagogia da decolonialidade, livre desses aparatos. Agora, não mais naquele sentido do Velho Mundo europeu, mas, com um sentido que nos é próximo.

O que há, portanto, atrás das velhas máscaras da moralidade judaico-cristã, do racismo e de todo preconceito oriundo de terras estrangeiras e outrora impostos a povos que não os conheciam? Não se sabe com exatidão. Todavia, o que se pode afirmar que sem essas imposições os estudantes como um todo estariam livre para pensar por si mesmo e construir seus saberes de um outro modo que não esse degenerativo à vida. Assim:

Se a educação é um fenômeno próprio da vivacidade dos seres e faz com e faz com que esses sejam falantes e escritores em múltiplas linguagens circuladas na diferença, poderemos considerar que é impossível a colonização produzir alguma experiência educativa. Essa afirmativa parta da prerrogativa de que não há educação sem ato responsável. Ou seja, aquilo que é descomprometido com a dignidade existencial do outro como algo fundante para si não pode ser considerado como educação. Dessa maneira, a colonização consegue até os dias de hoje perpetuar seu modo de imprimir uma política contrária à vida por meio de um modelo de escolarização/catequese que reduz as experiências possíveis ao que está compreendido em sua agenda (RUFINO, 2021, p. 39).

A educação deve ter comprometimento com a vida em seus aspectos mais pulsantes, ela deve bailar com a alegria e o prazer de viver. Sem esse amor pela existência não é possível fazer educação. Ela não existe pela violência, pela imposição, ou pelo racismo, mas, sim, pela rebeldia de poder ser aquilo que se é. O universal deve ceder lugar para uma pluralidade dos saberes desnudos, isto é, que parte do mais íntimo de uma cultura outrora violentada. Em todos os campos dos saberes essa deve ser à máxima, inclusive, do filosófico.

### 3.1 É possível uma filosofia brasileira?

Na contramão de toda a perspectiva filosófica que se impôs como tradição no Ocidente e, especificamente, no Brasil, é possível citar inúmeros pensadores que estão trazendo à tona compreensões nesse campo do pensamento até então silenciadas pelas instituições de ensino. Além daqueles que se relacionam à filosofia decolonial libertária

quilombola, destacam-se Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino, Rafael Haddock-Lobo, entre outros que defendem uma vertente de uma filosofia popular brasileira.

Nesse sentido, a presente pesquisa se coloca como uma grande questionadora do sistema colonial e suas hierarquias. Como bem se resume as seguintes palavras, em *Vence e Demanda*, de Luiz Rufino:

Para a Europa não bastou o genocídio, a tortura, o estupro, o encarceramento e a escravidão. Ela continuou avançando nas formas de terror, produzindo assassinatos que vão além do corpo físico e incutindo via catequização uma permanente captura dos mundos, das subjetividades e da regulação do ser em suas dimensões sensíveis (RUFINO, 2021, p. 21).

A religião dos invasores afeta diretamente o surgimento de uma filosofia voltada para a liberdade defendida aqui. Sob os moldes morais do cristianismo, todos os saberes em solo colonizado foram direcionados a fins específicos de doutrinação das mentes e dos corpos daqueles considerados inferiores. Tudo que está ligado a essa religião deve ser questionado, inclusive a educação institucional que se dispôs a ser seu instrumento.

Essa perspectiva filosófica específica, trazida pelos autores supracitados, demonstra que é possível pensar para além da moralidade ocidental do Reino de Deus. Sua grande contribuição é utilizar conceitos tipicamente brasileiros, mas não os da elite que reproduz o eurocentrismo nas Américas, e sim de um linguajar popular cultivado nas diferentes formas de quilombos, de ontem e de hoje. Percebamos suas características nas palavras de Haddock-Lobo:

Diferente do martelo, que pode ser usado para destruir os prédios do velho saber, a navalha compartilha com a tesoura a capacidade de cortar e, com as esporas, o jogo que exige a participação do movimento corporal. Mas não esqueçamos que, na capoeira, o martelo pode também ser um golpe de canela ou peito de pé. O malandro não pode destruir os prédios velhos do saber, porque precisa deles, de seus cômodos abandonados para fazer morada; das suas marquises para se abrir: ele mora nos cortiços do saber. Não tendo cavalo para montar, sua navalha torna o malandro, ele próprio, cavaleiro e cavalo, homem e animal, mente e corpo juntos, dando seus rabos de arraia, suas meias-luas, rasteiras até suas *tesouras* (HADDOCK-LOBO, 2020, p. 26).

Nessa perspectiva filosófica dos malandros brasileiros, o dualismo cristão que reafirma a metafísica em detrimento da realidade, não tem vez. Mesmo que as instituições formais que promovem a cultura e o saber já estejam dadas, tudo aquilo que outrora foi silenciado pode ter voz dentro delas.

Modos de vida ligados as religiões distintas do cristianismo, como por exemplo, aquelas próprias do Brasil, seja indígena ou de origem africana, ensinam uma outra forma de conceber a existência, demonstrando que ela tem um valor inestimado. O malandro, figura corriqueira que representa a resistência ao sistema colonial, cria a si mesmo a partir de tudo aquilo que foi lhe dado pelo destino. Ele não nega a vida, embora, isso também não signifique que ele aceite de bom grado e calado o que lhe fora imposto. Assim, ele cria suas próprias concepções de mundo, afronta a moralidade dos costumes de origem judaico-cristã. Nesse âmbito, diferentemente da filosofia eurocêntrica, a mulher de malandro, Maria Navalha, também tem sua vez:

Só ela pode ser ao mesmo tempo a vara que cutuca a onça e onça que é cutucada. Ela é, simultaneamente, o sujeito e o objeto, pois é a própria ação, e com isso em para botar tudo em seu lugar. Mas quando o ponto diz que “ela é malandra, não precisa trabalhar/Maria Navalha bota tudo em seu lugar”, não quer dizer que chega para organizar tudo, como muitos filósofos defenderam. Na verdade, o que ela quer, votando tudo em seu lugar, é desarrumar a navalhadas, deixando suas marcas em tudo aquilo que foi determinado pela colonização e pelo poder: os eixos bem organizados do masculino e do feminino, das classes sociais, das religiões e de toda as hierarquias que inferiorizam os saberes populares. Ela é mulher de briga, que corta e que escreve as cicatrizes nos rostos daqueles que não aceitam sua arte. [...] Do agô de Exu à bengala de Tranca-Rua, a sabedoria do povo de rua cria a *filosofia a golpes de navalha* [...] (HADDOCK-LOBO, 2020, pp. 26-7).

A sabedoria que ecoa nas ruas, de malandros à Marias Navalhas, oriundas de diversas fontes epistemológicas, se apresentam de forma dançante e alegre diante do trágico imposto pelo colonialismo. Nesse sentido, o seu resgate é indispensável para uma cultura que queira se livrar do desprezo pela vida, ensinado pela metafísica cristã e, conseqüentemente, da herança cultural que se dizia civilizatória. Desta forma, a filosofia popular brasileira ensina outro modo de conceber a vida:

A filosofia da navalha, que mata sem tirar sangue e engole sem mastigar, é aquela que rodeia suas saias nos terreiros e carrega a “boca que come tudo”.<sup>16</sup> Engolindo até mesmo Exu, ela cospe nos terreiros suas mandingas, suas cores, baforadas, danças e, com isso, nos ensina que nossa filosofia deveria ser esta, engolida e cuspidada, um amálgama de tudo aquilo que nos deixa mais fortes na luta contra a colonização. Salve Maria Navalha, filósofa brasileira! (HADDOCK-LOBO, 2020, pp. 28-9).

---

<sup>16</sup> Ver L. Rufino, *Pedagogia das encruzilhadas*, p. 141. (N.A).

No processo de rompimento com antigos problemas estruturais, de natureza colonial, que rondam nossas escolas e universidades, a navalha simboliza um precioso instrumento pedagógico de aprendizagem filosófica. Para o autor, seu manuseio é ensinado nas ruas. Em sua origem, a filosofia da navalha não esteve presente nos prédios e instituições criadas no período das invasões, que sempre abrigaram apenas a filosofia europeia. No entanto, chega o momento de essas fronteiras serem atravessadas.

Pensar essas concepções filosóficas dentro dos muros de estabelecimentos voltados para o ensino é se opor à colonialidade do poder e a todos os seus valores que depreciam a existência e a cultura de negros e indígenas. Além disso, é ampliar o próprio conhecimento, livrando-o das amarras do dogmatismo moderno. É certo que, apesar de tais concepções terem se misturado ao conhecimento imposto como norma durante o processo das invasões coloniais, elas não sucumbiram.

Uma possibilidade de filosofar à brasileira não se baseia em explicações acerca do mundo a partir do legado socrático ou cristão, mas sim da experiência das ruas e das matas em consonância com saberes ancestrais. Assim, cria formas de atravessar todos os contrapontos nas encruzilhadas da vida. Ela é totalmente oposta à colonialidade, instituindo à sua própria maneira um saber alegre. Tal como afirma Wanderson Flor:

Rir, gargalhar, girar...Verbos que nos aproximam das Pombagiras, rainhas das ruas, das noites, das próprias vidas e de seus próprios corpos. [...] Essas palavras-corpo que nos fazem mergulhar nas águas de uma filosofia popular, das ruas [...]. Ruas que riem de nós quando procuramos alguma pureza e gargalham de nossa ingenuidade quando pensamos que o paiol colonial dominou tudo. Ruas que giram nossos sentidos, quando achamos que apenas é possível caminhar num único sentido (NASCIMENTO, 2020, p. 08).

A filosofia acadêmica é oposta àquela presente nas ruas do Brasil: não possui a "ginga" ao lidar com a vida, não compreende a importância de sua leveza e, portanto, não a leva em consideração.

O propósito dessas questões é demonstrar como o pensamento eurocêntrico reproduzido nas instituições de ensino como verdade absoluta, em sua limitação, ignora a complexidade de saberes importantes na formação de nossa cultura. Todos perdem, mas os descendentes de negros e indígenas sofrem mais, pois não encontram sentido na produção filosófica ensinada nas escolas e universidades deste país.

É evidente que, respeitando as diversidades, as filosofias brasileiras são possíveis e sempre existiram; as ruas e as matas que o digam. Entretanto, na prática, as escolas e universidades são fundamentalmente instituições que reproduzem as colonialidades e não abordam enfaticamente nossos conhecimentos.

É aqui que entra a contribuição de uma perspectiva decolonial libertária e quilombola. Com vistas a superar os problemas do racismo, será necessário fazer uma revolução nos currículos escolares. O ensino deve transcender o eurocentrismo. As cosmovisões africanas e indígenas devem ocupar lugar de destaque. Seus conceitos devem ser debatidos. Os líderes comunitários devem ajudar na construção dos saberes, valorizando o conhecimento empírico das "matas e ruas". As obras de autores negros e indígenas devem vigorar como referências bibliográficas, desmistificando a ideia de que a filosofia é exclusividade europeia. Ao invés de debater sobre autores da Grécia Antiga ou mesmo "aprender" com as ideias de proprietários de escravizados, como John Locke, devemos promover debates sobre racismo, colonialismo, patriarcado branco, desigualdade, liberdade e formas de sobrevivência, conectando a filosofia à realidade dos alunos. As escolas e universidades devem ser locais de amplo debate democrático sobre diferentes perspectivas e vivências. Assim, combateremos as colonialidades que teimam em sustentar os racismos, inclusive, o epistêmico no interior das nossas unidades de ensino.

#### **4. Considerações finais**

Começamos essa pesquisa apresentando algumas das teses de Schopenhauer e de Nietzsche sobre os primados do pensamento moderno. Assim, captamos o quanto eles reconheceram que na cultura europeia tudo operava em torno da moralidade cristã, apontando para o fato de a filosofia atuar como refém do Estado e da igreja. Suas reflexões são pertinentes e muitos filósofos na atualidade usufruem e sentem-se contemplados com elas. Não obstante, desde um prisma decolonial libertário quilombola, é necessário ampliar esse horizonte. Destarte, mostramos como mesmo fazendo duras críticas aos postulados do pensamento moderno, esses autores ainda estão embebidos pelo eurocentrismo e todas as suas vertentes hierárquicas. Outrossim, não discutiram em suas ideias o fato de que em terras africanas e indígenas, existiam concepções absolutamente destoantes dela. Todavia, não podemos cobrar deles que discutam questões para além do seu tempo e do seu território.

Qualquer cobrança nesse sentido é inapropriada e covarde. Assim, eles servem plenamente como uma crítica interna da filosofia europeia, isto é, sobre si mesma; entretanto, não possuem condições intelectuais para pensar nos problemas brasileiros, tampouco para captar categorias produzidas nas ruas e nas matas desse país. Essa falta de condições não tem nada a ver com incapacidade intelectual, mas está diretamente relacionada a advertência decolonial, segundo a qual produzimos conhecimento a partir da nossa experiência de vida. Nesse sentido, eles foram bons críticos das instituições que moldaram a modernidade europeia, mas jamais deixarão de pertencer àquela cultura.

Ao mesmo tempo, é mister destacar que todas as epistemes cultivadas nos continentes colonizados foram pautadas naquilo que o colonizador tinha como verdade, que é racista, patriarcal, autoritária, capitalista, cis/heteronormativa, cristã e estadolátrica. Essas “verdades” vindas do céu foram solidificadas pela força do militarismo e da bíblia e mesmo após o longo período de colonização, o conhecimento filosófico continua reproduzindo um discurso racista e excludente. É claro que Schopenhauer e Nietzsche não foram os responsáveis por esse processo, porque, no Brasil, a regra na filosofia é comungar um amor profundo pelo Estado, sustentado pela moral igrejaista, impossibilitando a mais ampla liberdade de reflexão, assim profetizando o eurocentrismo.

Por outro lado, sob a perspectiva filosófica decolonial sempre há o questionamento das respostas dadas enquanto universais. “Por óbvio, a filosofia não aconteceu/acontece apenas na Europa. Ela está em todo e qualquer lugar onde existem grupos sociais que, conseqüentemente, possuem pensamento especulativo/reflexivo acerca de grandes questões colocadas à humanidade” (GOIS, 2021, p. 110). Isso deveria ser um axioma, mas o racismo negou por séculos os saberes de quaisquer grupos que não estejam ligados ao padrão eurocêntrico, sobretudo de indígenas e africanos. Em outras palavras, a filosofia ocidental se ocupou de temas que são apenas unidos aos interesses do patriarcado branco europeu, cometendo assim o epistemicídio e o historicídio e reproduzindo a lógica colonial, sobretudo quando recusa outras perspectivas de pensamento, bem como a história de luta por emancipação de outros povos. Enquanto a maioria esmagadora dos filósofos ignorarem ou ratificarem essa lógica, o eurocentrismo continuará sendo o coração da filosofia oficial moderna.

Ademais, é importante ressaltar que a arte de filosofar não deve ser guiada pela localização territorial, pois, indubitavelmente, existem filósofos brasileiros oficiais, guardiões da estadolatria, representantes dos senhores de engenho, portanto, verdadeiros casa-grandistas que denegam quaisquer filosofias não-europeias entre os saberes dignos de credibilidade. Eles são europeus, fora da Europa.

Outrossim, trouxemos ao longo do trabalho alguns exemplos de pesquisas que compõem uma forma de interpretar e projetar um modo de filosofia brasileira. Reflexões autênticas que contemplam um linguajar popular específico dos nossos territórios e dos povos autóctones e de africanos para cá trazidos. Elas nos servem como esperança em dia de chuva na terra com adubo e cheia de sementes.

Lutemos para o quanto antes a nossa cultura e os nossos valores estejam sendo estudados nas escolas e universidades nas disciplinas de filosofia de modo a fazer com que nossos alunos se reconheçam nos livros como seres pensantes e produtores de conhecimentos, de lutas e ações. Esperançamos e sejamos resilientes por isso.

## Referências

BENTO, Cida. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

COLLI, Giorgio. *Escritos sobre Nietzsche*. Trad. de Maria Filomena Molder. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

DE MORAES, Wallace. *Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial*, Revista Teoliterária, São Paulo, V. 10 n. 21, pp. 54-78, 2020: Invisível e Indizível. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/49502>. Acesso em 11/10/2023.

DIAS, Rosa Maria. *Nietzsche educador*. São Paulo: Scipione, 2003, 2ª edição.

FERREIRA, Edimara Maria. *Et al. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior*. Revista Katályses, Florianópolis, V.25, n. 2, pp. 303-315, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LvwKpGwBpzfTfZkS3MygSL/>. Acesso em 10/04/2023.

Gois, Pamela Cristina de. *Pedagogia da Decolonialidade: Um Debate Acerca do Epistemicídio Acadêmico e Filosófico e uma Educação Antirracista como Antídoto*. Revista Estudos Libertários (REL), UFRJ, v. 03, n. 08. pp.101-120, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/41555>. Acesso em: 22/07/2022.

GROSFOGUEL, Ramón. *A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Trad. Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. Revista Sociedade e Estado, [S. l.], v. 31, n. 1, pp. 25–49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 22/01/ 2022.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Filosofia a Golpes de Navalha. In: RUFINO, Luiz; HADDOCK-LOBO, Rafael. *Arruaças: por uma filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LOPES, NEI; SIMAS, Luiz Antonio. *Filosofias Africanas: uma introdução*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2022.

MOREIRA, de Sá Fernando. *Negros em Programas de Pós-Graduação em Filosofia no Brasil*. Educação e Filosofia, Uberlândia, V.37, n.79, pp. 429-454, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/66009>. Acesso em 10/05/2023.

NASCIMENTO, Wanderson Flor. Das filosofia vagabundas. In: RUFINO, Luiz; HADDOCK-LOBO, Rafael. *Arruaças: por uma filosofia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. *III Consideração Extemporânea: Schopenhauer Educador*. Trad. Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Mundaréu, 2018.

\_\_\_\_\_. *Crepúsculo dos Ídolos: ou como se filosofa com o martelo*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Humano, Demasiado Humano II*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da Tragédia: ou Helenismo e Pessimismo*. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Sobre o Futuro dos Nossos Estabelecimentos de Ensino*. In: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre Educação*. Trad. de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

NOGUERA, Renato. *O Ensino de Filosofia e a Lei 10.636*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

RUFINO, Luiz. *Vence-demanda: educação e descolonização*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e como Representação*. Trad. Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Filosofia Universitária*. Trad. Maria Lúcia Cacciola e Márcio Suzuki. São Paulo: Polis, 1991.

SOUZA, Jessé. *A elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.



*Recebido em: 11/12/2023.*

*Aprovado em: 24/02/2025.*

*Publicado em: 08/08/2025*